

DO LADO DE DENTRO DOS MUROS:

UMA ANÁLISE DOS ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS E CONTROLADOS DE ANGRA DOS REIS/RJ*

ELIANE MELARA

Universidade Federal Fluminense

melara_eliane@id.uff.br

LUCAS FERREIRA ANDRADE

Universidade Federal do Rio de Janeiro

lfandrade.geo@gmail.com

RESUMO

Contextualizando pelo viés da reestruturação produtiva e urbana, buscaremos analisar neste artigo os eventos econômicos que contribuíram para a expansão urbana de Angra dos Reis, corroborando com os processos de segregação e fragmentação do seu espaço urbano. Além disso, em razão de suas belezas naturais e da facilidade que seu litoral proporciona para o turismo náutico, a cidade vem se destacando pela influência do capital turístico-imobiliário, com uma quantidade expressiva de espaços residenciais fechados. Entretanto, é também uma cidade marcada por conflitos fundiários, pela pobreza e pela desigualdade social. Neste texto, pretendemos destacar os processos de autosegregação evidenciados na cidade, dando ênfase para a análise dos espaços residenciais fechados, destacando três complexos de loteamentos residenciais fechados do município, devido a sua extensão e importância turístico-imobiliária: os complexos Porto Bracuhy, Porto Frade e Portogalo. Segurança, conforto e muros são as características principais desses empreendimentos, sendo que a maioria dos proprietários dos imóveis não reside fixamente na cidade em estudo. Para concluir, devemos destacar que Angra dos Reis é bastante fragmentada e desigual, fazendo-se necessário a urgência de políticas públicas voltadas para as populações menos favorecidas.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade Urbana; Segregação e Fragmentação socioespacial; Espaços residenciais fechados.

* Para a realização desta pesquisa contamos com o financiamento do CNPq.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

INSIDE THE WALLS: ANALYSIS OF CLOSED AND CONTROLLED RESIDENTIAL SPACES IN ANGRA DOS REIS/RJ

ABSTRACT

Contextualizing from the perspective of productive and urban restructuring, we will seek to analyze in this article the economic events that contributed to the urban expansion of Angra dos Reis, corroborating the processes of segregation and fragmentation of its urban space. Furthermore, due to its natural beauty and the ease that its coastline provides for nautical tourism, the city has stood out for the influence of tourist-real estate capital, with a significant number of closed residential lots. However, it is also a city marked by land conflicts, poverty and social inequality. In this text, we intend to highlight the processes of self-segregation evidenced in the city, placing emphasis on the analysis of closed residential spaces, highlighting three complexes of closed residential subdivisions in the municipality, due to their extension and tourist-real estate importance: the Porto Bracuhy, Porto Frade and Portogalo complexes. Security, comfort and walls are the main characteristics of these projects, with the majority of property owners not permanently residing in the city under study. To conclude, we must highlight that Angra dos Reis is quite fragmented and unequal, making it necessary to urgently implement public policies aimed at less favored populations.

KEYWORDS: Urban inequality; Socio-spatial segregation and fragmentation; Closed residential spaces.

DENTRO DE LOS MUROS: UN ANÁLISIS DE LOS ESPACIOS RESIDENCIALES CERRADOS Y CONTROLADOS EN ANGRA DOS REIS/RJ

RESUMEN

Contextualizando desde la perspectiva de la reestructuración productiva y urbana, buscaremos analizar en este artículo los eventos económicos que contribuyeron a la expansión urbana de Angra dos Reis, corroborando los procesos de segregación y fragmentación de su espacio urbano. Además, por su belleza natural y la facilidad que brinda su litoral para el turismo náutico, la ciudad se ha destacado por la influencia del capital turístico-inmobiliario, con un importante número de lotes residenciales cerrados. Sin embargo, también es una ciudad marcada por conflictos territoriales, pobreza y desigualdade social. En este texto pretendemos resaltar los procesos de autosegregación evidenciados en la ciudad, dando énfasis al análisis de espacios residenciales cerrados, destacando tres complejos de fraccionamientos residenciales cerrados en el municipio, por su extensión e importancia turístico-inmobiliaria: el Porto Bracuhy, complejos Porto Frade y Portogalo. Seguridad, confort y muros son las principales características de estos proyectos, siendo la mayoría de los propietarios no residentes permanentes en la ciudad objeto de estudio. Para concluir, debemos resaltar que Angra dos Reis se encuentra bastante fragmentada y desigual, por lo que es necesario implementar urgentemente políticas públicas dirigidas a las poblaciones menos favorecidas.

PALABRAS CLAVE: Desigualdad urbana; Segregación y fragmentación socioespacial; Espacios residenciales cerrados.

1 | INTRODUÇÃO

Conhecidos como *gated communities* nos EUA, os primeiros espaços residenciais fechados surgiram no país norte-americano durante os anos 1960, apesar de serem idealizados ainda na década de 1920, baseados nas *city gardens* da Inglaterra. No Brasil, a produção desses espaços ganhou força a partir dos anos 1970, sendo denominados como condomínios fechados, loteamentos murados, enclaves fortificados, espaços residenciais fechados, entre outras nomenclaturas (Mckenzie, 1994; Blakely; Synder, 1999; Caldeira, 1997; 2000; Souza, 2008; Sposito e Góes, 2013).

Em geral, esses espaços fechados são preferencialmente destinados às classes médias e altas da população, se utilizam de aparatos de segurança e, em alguns casos, apresentam infraestruturas de lazer e serviços diversos, visando promover uma sensação de segurança e convívio entre os “iguais”. Esse tipo de produção imobiliária tem se expandido pelo mundo e adentrado principalmente nos países ditos semi-periféricos, aonde as transformações econômicas das metrópoles, assim como das cidades médias¹, vêm acentuando os processos de segregação e fragmentação socioespacial em diferentes contextos urbanos.

Conforme observado, essas transformações estão relacionadas à passagem da economia fordista para a economia flexível, que, especialmente a partir da década de 1970, promoveu muitas mudanças na divisão internacional do trabalho (DIT), das

quais têm acarretado em processos de reestruturação produtiva e urbana em muitos países. Nesse contexto, a ideologia neoliberal também passou a acompanhar essa nova fase de organização econômica e política, tanto através de privatizações como da redução da presença do Estado na economia. No Brasil, esses processos vêm se intensificando a partir dos anos 1990, resultando numa constante interiorização das plantas produtivas e em modificações nos índices populacionais e econômicos de cidades com diferentes tamanhos e funções, influenciando diretamente na produção de seus espaços inter e intraurbano, com destaque para as cidades médias (Singer, 1978; Harvey, 1992; Amorim Filho; Serra, 2000).

Em razão dessas novas dinâmicas, o que temos evidenciado, a partir da segunda metade do século XX, é uma alteração das formas de estruturação espacial das cidades, dando origem a morfologias urbanas que revelam a sobreposição de cidades mono e multicêntricas por estruturas multi(poli)cêntricas². Essas novas estruturas têm ampliado e intensificado desigualdades sociais e espaciais que não se aprofundam apenas no âmbito residencial, mas incluem, progressivamente, todas as esferas da vida social, sobretudo no que se refere ao consumo de bens e serviços, com ênfase para aqueles atinentes ao lazer (Whitacker, 2007; Sposito, 2007; 2013; Sposito, Góes, 2013).

1 Sobre o conceito de cidade média, é interessante pesquisar trabalhos produzidos pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), que vem se dedicando desde 2007 aos estudos sobre essa escala de cidade.

2 Ao prefixo “multi”, tomemos o no sentido de muitos, quando há uma multiplicação dos setores que concentram atividades, pessoas e fluxos na cidade; já o prefixo “poli” se detém a muitos no sentido de diversos ou diferentes entre si, ou seja, quando há uma diversificação dessas múltiplas áreas (Sposito, M., 2013).

Nas metrópoles brasileiras, a produção de espaços altamente empobrecidos e o escapismo da elite para espaços exclusivos é uma realidade bastante consolidada, principalmente nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. No caso das cidades médias, este processo vem se intensificando nas últimas décadas, uma vez que o crescimento econômico dessas cidades pode vir a contribuir para um acelerado crescimento populacional, que, sem o acompanhamento de políticas públicas voltadas para o âmbito social, refletem na produção de espaços cada vez mais segregados e fragmentados (Souza, 2008; Melara, 2016).

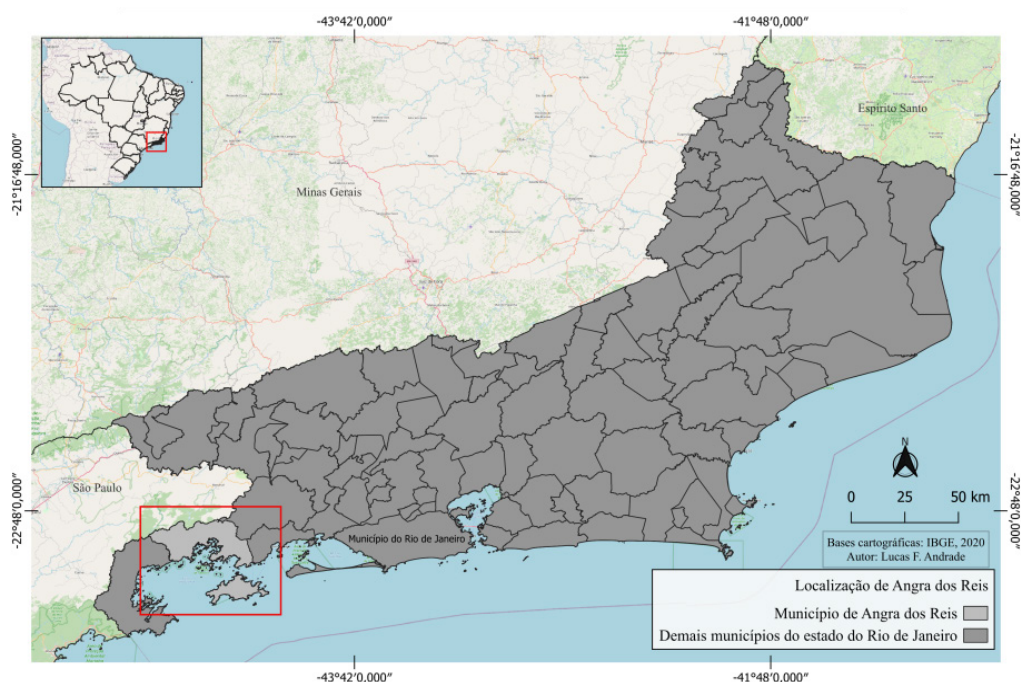
Nesses termos, para o presente estudo temos como recorte espacial e analítico a cidade de Angra dos Reis (Figura 1), que, nos últimos 50 anos, tem apresentado um significativo crescimento demográfico em virtude das mudanças econômicas ocorridas na cidade. Tais fatores têm contribuído para um processo crescente de separação e

segmentação de diferentes classes sociais, que também tem intensificado problemas relacionados à violência e à insegurança urbana na delimitação em estudo.

Pretendemos, portanto, realizar uma contextualização sobre a reestruturação urbana ocorrida em Angra dos Reis e dos processos de segregação e fragmentação urbana evidenciados na cidade a partir da expansão de seu espaço urbano, tendo como foco principal a produção de espaços residenciais autosssegados, iniciada ainda nos anos 1970.

Metodologicamente, foi realizado um estudo bibliográfico e documental sobre as temáticas, conceitos e teorias presentes nesta pesquisa, associados a vários trabalhos de campo em cerca de 40

Figura 1 – Localização de Angra dos Reis/RJ



Fonte: IBGE(2020). Org.: Lucas Ferreira Andrade.

loteamentos fechados³ destinados ao uso residencial em Angra dos Reis, sendo estes nomeados como condomínios, edifícios ou loteamento residenciais. Além disso, realizamos a coleta de dados primários através de entrevistas (semiestruturadas e não estruturadas)⁴ com atores sociais considerados relevantes para o desenvolvimento deste trabalho: a) Moradores de espaços autossegregados (4 entrevistados/as); b) Trabalhadores ligados a espaços residenciais autossegregados (12 entrevistados/as); c) agentes imobiliários (3 entrevistados/as); d) Líderes comunitários (3 entrevistados).

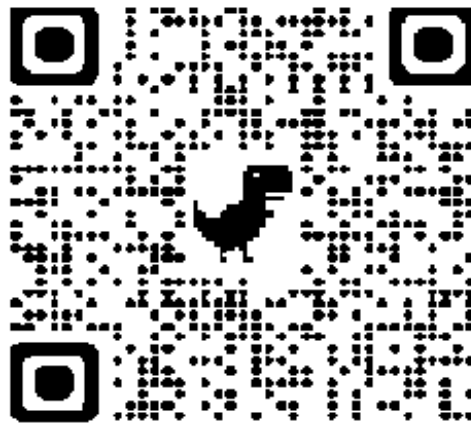
Ademais, houve a coleta de dados secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (PMAR), dos quais nos auxiliaram para o mapeamento de informações importantes para nossas análises espaciais, sendo a ferramenta QGIS 2.33.8 utilizada para tal finalidade. Como base cartográfica, utilizamos a delimitação dos bairros de Angra dos Reis disponibilizada pelo IBGE (2020), sendo necessário utilizarmos o critério de numeração para identificá-los devido à grande quantidade apresentada (121).

3 A adoção do termo “loteamento” se dá por esses espaços estarem enquadrados juridicamente na Lei 6.766/79, podendo haver edificações verticais ou horizontais. No caso do complemento “fechado”, este se justifica pela maioria dos loteamentos em Angra dos Reis cercar ou impossibilitar o acesso a áreas de uso comum (ruas de acesso, espaços de lazer etc.), o que pela legislação não seria permitido, já que seu enquadramento jurídico se detém apenas a compra da área referente ao(s) lote(s).

4 É preciso destacar que a maioria das entrevistas não pôde ser gravada, logo, as suas transcrições se tratam de aproximações das respostas obtidas em campo.

Desse modo, tornou-se necessário elaborarmos um quadro e um mapa base para entendermos o número que se refere a cada bairro, dos quais podem ser verificados através da leitura do *QrCode* abaixo (Figura 2) ou pelo link: <https://gebig.org/gruss/>.

Figura 2 – *QrCode* referente ao quadro e ao mapa base dos bairros de Angra dos Reis/RJ



Fonte: IBGE (2020). Org.: Lucas Ferreira Andrade.

2 | REESTRUTURAÇÃO URBANA EM ANGRA DOS REIS

Para introduzirmos nossas reflexões a respeito das mudanças econômicas ocorridas em Angra dos Reis, iniciaremos nosso recorte de análise temporal a partir da Era Vargas, embora seja importante salientar que os ciclos da cana-de-açúcar, do ouro e do café também fizeram parte do histórico econômico do município. Dito isso, cabe mencionar que Angra dos Reis foi marcada por três momentos distintos de investimentos patrocinados pelo Estado ao longo do século XX, dos quais propiciaram tanto a re-inserção da cidade no processo de avanço do capitalismo no Brasil como marcaram profundamente a produção e expansão de seu espaço urbano (Guanziroli, 1983; Abreu, 2005; Chetry, 2018; Monteiro, 2018).⁵

No primeiro momento, durante a Era Vargas (1930-1945), ocorre a ampliação do porto de Angra e a construção da rodovia estadual RJ-155, sendo essa uma importante rota que liga Angra dos Reis ao município de Rio Claro, em direção ao Vale do Paraíba Fluminense. Neste período, evidencia-se uma reestruturação do núcleo urbano original da cidade, processo este que deu início a ocupação de morros e encostas periféricas em seu entorno. Num segundo momento, quando ocorre a construção do Estaleiro Verolme em 1959 (atual Estaleiro BrasFELS), resultado da política nacional desenvolvimentista de Juscelino Kubistcheck (1956-1961), inaugurando a indústria naval no país, inicia-se então o processo de expansão urbana da cidade, sobretudo em direção ao bairro Jacuecanga (15), onde se encontra localizado o referido empreendimento.

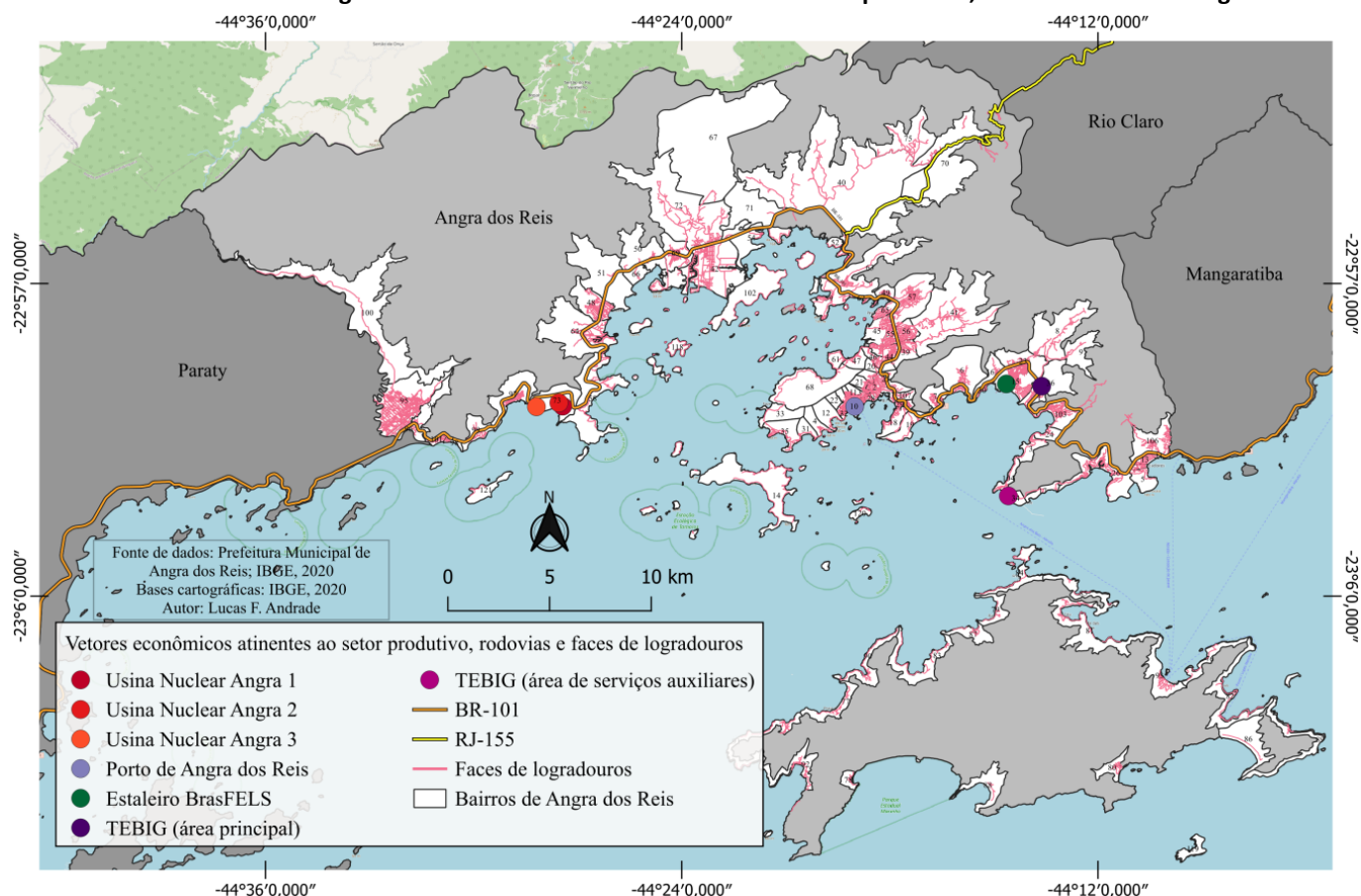
No terceiro momento, já durante a ditadura militar (1964-1985)⁶, o que se observa é uma expansão urbana ainda mais expressiva da cidade, principalmente em razão das seguintes inserções econômicas ocorridas a partir da década de 1970: 1) Inauguração da rodovia BR-101 (trecho Rio-Santos) no início dos anos 1970; 2) Construção da Usina Nuclear Angra I a partir de 1972; 3) Implantação do Terminal Petrolífero da Baía da Ilha Grande (TEBIG) em 1977; 4) Construção da Usina Angra II a partir de 1982; 5) Início das obras da Usina Angra III, em construção desde a década de 1980 (Abreu, 2005).

Ao relacionarmos os investimentos referidos acima com a base de dados geoespacial referente às linhas que representam graficamente os arruamentos das áreas urbanas e dos aglomerados rurais em Angra dos Reis (Figura 3), podemos verificar a influência que essas inserções econômicas tiveram para a formação de aglomerados populacionais no município e, conseqüentemente, para a expansão de seu espaço urbano – com destaque para a rodovia BR-101, a qual propicia fluxos inter e intraurbanos que vêm modificando a lógica de acumulação e produção do espaço da cidade.

5 O termo “re-inserção” se torna plausível de utilização em função do longo período de recessão econômica enfrentada pelo município de Angra dos Reis entre a segunda metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX, quando a região entra em decadência devido a diferentes fatores, como: a proibição do comércio de escravos decorrente da Lei Eusébio de Queirós, de 1850; a queda de produção cafeeira; e pela construção da linha férrea D. Pedro II, que ao ligar os estados do Rio de Janeiro e São Paulo pelo Vale do Paraíba, isolava Angra de uma importante rota comercial (Abreu, 2005; Chetry, 2018; Monteiro, 2018).

6 É preciso destacar que, durante a ditadura militar, Angra dos Reis se encontrava sob a Lei de Segurança Nacional, tendo em vista os complexos industriais instalados em sua delimitação e o valor estratégico que o município possuía para o governo ditatorial. Dessa forma, os prefeitos do município eram nomeados pelos militares, não havendo eleições municipais durante esse período (Ribeiro, J., 2007).

Figura 3 – Vetores econômicos atinentes ao setor produtivo, rodovias e faces de logradouros.



Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis; IBGE (2020). Org.: Lucas Ferreira Andrade.

Nesse contexto, é preciso acrescentar que, ao planejar a construção da BR-101, foi elaborado um Plano de aproveitamento Turístico (Projeto Turis) para todo o litoral cortado pelo trecho Rio-Santos por parte do Governo Federal, sendo este projeto desenvolvido pela empresa Scet Internacional, a pedido do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). O Projeto Turis, conforme denominado, não tinha apenas como objetivo realizar o ordenamento territorial da região, mas, também, capacitar técnicos brasileiros com metodologias estrangeiras de planejamento turístico, fundamentando-se em três modelos de desenvolvimento turístico europeu: *Côte d'Azur*, *Languedoc-Rousillon* e *Côte Aquitaine* (Guanzirolí, 1983; Abreu, 2005; Ribeiro, 2007; Feitosa; Silva, 2015; Ribeiro, 2017).

Não obstante, apesar dos redatores do projeto terem apontado que a construção da rodovia e o desenvolvimento turístico proposto trariam consequências negativas para região, além do abandono do projeto num prazo inferior a dois anos após a sua exposição, tem sido possível verificar que a ideologia de “modernização” e a pressa de reordenamento territorial empregada a partir da construção da BR-101, que, longe de promover a estrutura produtiva do município de Angra dos Reis, que tinha o setor agrário como principal atividade econômica, acabou abrindo caminho para que a cidade se tornasse um paraíso para a especulação imobiliária e, consequentemente, para a inserção do capital

turístico-imobiliário⁷, o que resultou, por vezes, em diversos conflitos por terra com povos tradicionais da região, especialmente quilombolas, caiçaras e indígenas que ali viviam (Guanziroli, 1983; Abreu, 2005; Siqueira, 1989).⁸

Segundo Amaro Jr., Alentejano e Silva (2022), os primeiros registros de conflitos fundiários na região ocorreram a partir dos anos 1960, sendo esses casos ainda mais intensificados durante a década seguinte. De acordo com um ex-líder comunitário do Quilombo do Bracuí, tais ocorrências tiveram início a partir do planejamento da BR-101, que, assim como diversos empreendimentos ligados ao turismo-imobiliário no município, teria sido construída sobre processos de grilagem e de expropriação de terras. Conforme relatado pelo entrevistado:

A rodovia foi construída entre os anos 1970 e 1980, mas “eles” chegaram um pouco antes, a partir da década de 1950. Quando vieram, começaram a aliciar as pessoas da região, pegavam pessoas analfabetas e falavam para assinar alguns documentos, dizendo que era para passar suas terras para o próprio nome. Quando a Rio-Santos veio sendo construída, “eles” chegavam e mandavam essas pessoas embora, já que tinham assinado um documento. Também houve casos em que pessoas foram ameaçadas de morte. (Entrevista realizada com um ex-presidente da Associação de Moradores do Quilombo do Bracuí em 14/07/22).

Ainda segundo o entrevistado supracitado, bem como observado nas entrevistas com os líderes comunitários dos bairros Lambicada (16)⁹ e Nova Angra (56)¹⁰, a ocorrência desses impasses permanece sendo uma preocupação que se perpetua até os dias atuais, sobretudo em razão da beleza natural da região e das possibilidades que seu litoral proporciona para o desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo náutico. Corroborando tais argumentos, através das contribuições de Amaro Jr., Alentejano e Silva (2022) podemos analisar que, durante a década de 2010, a região do estado do Rio de Janeiro que mais apresentou conflitos fundiários foi a Sul, principalmente nos municípios de Angra dos Reis e Paraty.

Nesse contexto, temos analisado que há uma intensa articulação entre o capital privado externo, a elite fundiária local e o Estado. Muitas vezes, a elite local faz parte da política do município, e isso tem se mostrado determinantes

7 Por mais que atores sociais da pesquisa ligados ao capital imobiliário não estejam totalmente associados às atividades turísticas, a adoção do termo “turístico-imobiliário” representa bem o caso de Angra dos Reis, uma vez que o turismo está bastante presente nesses espaços (Abreu, 2005).

8 Um exemplo bastante emblemático desses conflitos é o caso da comunidade quilombola do Bracuí, que, especialmente entre os anos 1970 e 1980, foi ameaçada de expropriação pelo empreendimento Porto Bracuhy, que tinha como objetivo expandir seus negócios para toda a região da antiga fazenda Santa Rita (Feitosa; Silva, 2015). Recentemente, no ano de 2022, as paredes da escola localizada próximo ao Quilombo foram pichadas com ameaças às lideranças locais, mostrando que esses conflitos permanecem sendo uma grande preocupação para os povos tradicionais da região (Amaro Jr.; Alentejano; Silva, 2022).

9 Entrevista realizada em 20/12/2021.

10 Entrevista realizada em 21/12/2021.

para as decisões que ocorrem nas diferentes escalas geográficas em que a cidade está inserida, do local ao global, favorecendo políticas públicas e de planejamento urbano que vão ao encontro aos seus interesses.¹¹

Em campo, temos observado que Angra dos Reis apresenta um delineamento urbano fortemente marcado pelo aproveitamento turístico-imobiliário, o qual se mostra condicionado às análises territoriais apresentadas no Projeto Turis. Como visto, as orientações descritas neste projeto para o município aparentam se mostrar determinantes tanto para as antigas e novas escolhas locais como para os diferentes níveis de empreendimentos ligados ao turismo-imobiliário, com destaque para o elevado número de loteamentos destinados ao uso residencial¹², especialmente próximos ao mar e à BR-101.

Em meio a este cenário, é preciso destacar que as mudanças econômicas até aqui mencionadas também contribuíram decisivamente para um crescimento populacional considerável de Angra dos Reis, especialmente em razão dos fluxos intermitentes de pessoas em direção à cidade devido às significativas flutuações na disponibilização dos postos de trabalho, sobretudo no setor industrial e da construção civil (Chetry, 2018; Monteiro, 2018). Com base nos Censos demográficos realizados pelo IBGE, podemos notar que a população de Angra dos Reis passou de mais de 40 mil habitantes em 1970 para mais de 85 mil em 1991, alcançando cerca de 169 mil pessoas em 2010 e estando, atualmente, com 167 mil habitantes, segundo o censo de 2022.¹³

Perante o exposto, cabe acrescentar que em razão da dificuldade de crescimento horizontal observada em Angra dos Reis, devido a sua posição de confinamento entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, grande parte dos imigrantes com baixo grau de instrução e qualificação, que vieram para a cidade em razão das mudanças econômicas ocorridas, assim como muitos nativos expulsos de suas terras (especialmente quilombolas, caiçaras e indígenas), se viram obrigados a ocupar áreas suscetíveis e/ou com riscos de desastre natural, como por exemplo, os morros que circundam o Centro da cidade (Figuras 4 e 5).

11 Em meio a essas articulações, três famílias da elite local se destacam em meio a esse processo. A primeira seria a do atual Prefeito de Angra dos Reis (família Jordão), que, entre 1908 e 1988, já possuía grandes parcelas de terras nas regiões de Mambucaba e Ilha Grande, além de muitas pessoas escravizadas (aproximadamente 7.500) que trabalhavam em suas fazendas (Vasconcellos, 2006). O segundo exemplo seria o caso da família Borges, que, durante a década de 1960, comprou e expropriou terras no município, construindo os primeiros hotéis na cidade a partir da década seguinte (Ribeiro, I., 2017); no livro Frade: histórias de um paraíso em Angra dos Reis, verificamos que a família Borges frequenta a região do Frade desde a década de 1950, e, em 1958, o patriarca da família, Carlos Borges, teria comprado a antiga fazenda do Retiro, que veio a se tornar a sede da fazenda do Frade (Mendonça, 2017) onde hoje se encontra o complexo de loteamentos fechados Porto Frade. O terceiro exemplo seria o caso de membros da família responsável pela empresa Valle Sul, que, apesar do histórico de problemas na justiça (Diário do Grande ABC, 1999; 2000; Jornal Extra, 2007; G1, 2010) permanece em ganhando licitações de obras e prestando serviços importantes à Prefeitura de Angra dos Reis, como o de pavimentação do município e o de auxílio a desastres naturais.

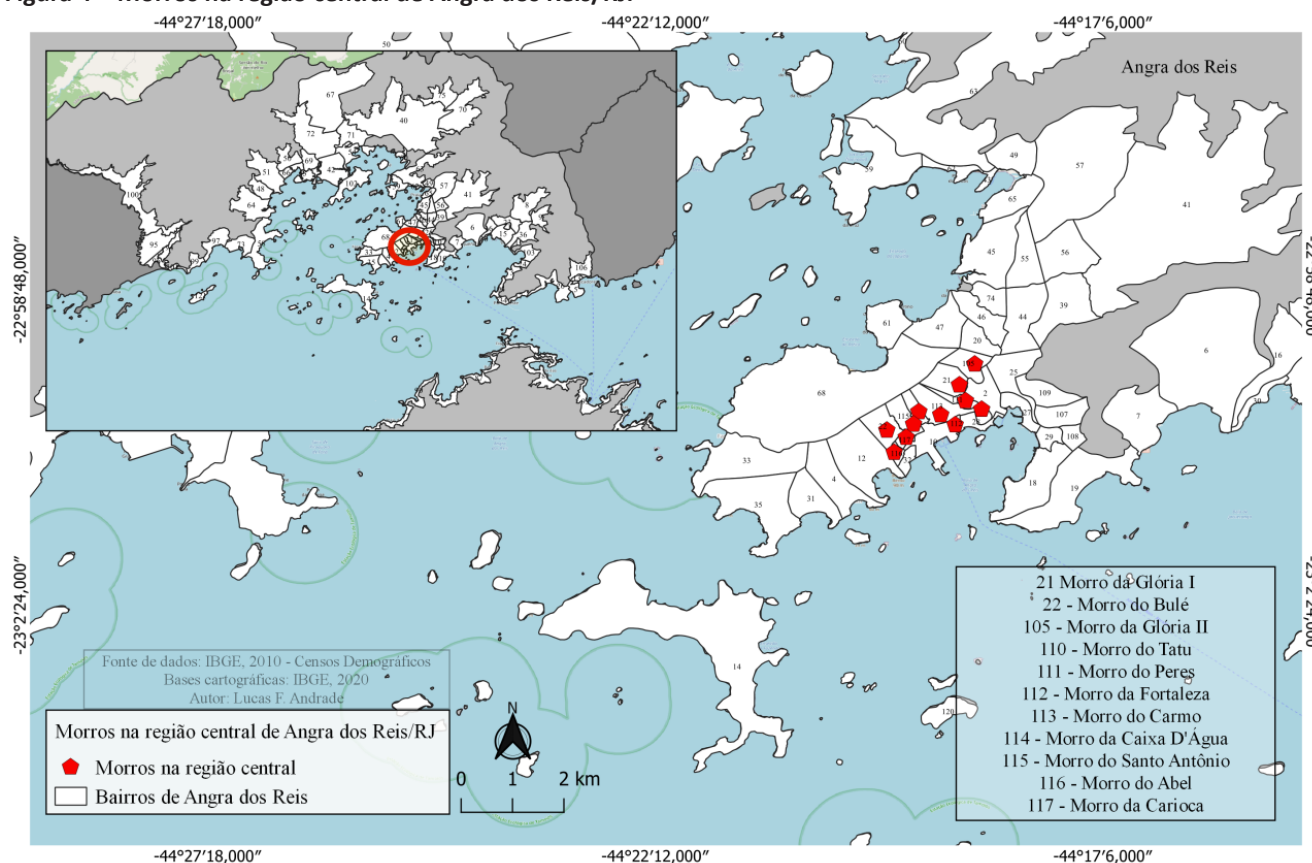
12 Loteamentos de uso comercial, hoteleiros e voltados à prestação de serviços foram excluídos de nosso mapeamento, assim como loteamentos implementados por meio de programas governamentais. É importante salientar que a maioria dos imóveis localizados nesses empreendimentos é utilizada apenas como segunda residência e/ou para possíveis locações temporárias destinadas a turistas que visitam a cidade, sendo utilizados, portanto, mais em períodos de verão.

13 Apesar de necessitarmos de um maior aprofundamento teórico-metodológico para compreendermos as causas da estabilização populacional em Angra dos Reis entre 2010 e 2022, o que não cabe a este trabalho em razão de nossos objetivos temáticos, verifica-se que as flutuações constantes de emprego advindas de contratos temporários e das crises nos setores naval e petrolífero nos últimos 10 anos podem ser alguns dos principais indicativos para o registro desse padrão.

Reforçando tais constatações, que se mostraram evidentes ao longo de nossas entrevistas e trabalhos de campo, no último Censo do IBGE (2010) Angra dos Reis aparecia na 10ª posição entre os municípios do país com maior proporção de domicílios classificados como favelas e comunidades urbanas, com 34,2% das residências localizadas nesses espaços¹⁴. Ao relacionarmos essas delimitações com os dados relativos à renda média por domicílio classificada pelo Censo do IBGE em 2010, podemos observar, através da Figura 6, que as favelas e comunidades urbanas não são exclusivas das áreas com menor renda, estando situadas por toda a cidade. Além disso, é possível verificar que a maioria dos domicílios da cidade apresenta rendimentos entre zero a dois salários mínimos, ao passo que a parcela mínima dos domicílios possui rendimentos acima de dez salários¹⁵. Isto é, a maioria das pessoas da cidade vive com uma média salarial baixa.

Ainda sobre o mapeamento referido acima, é preciso acrescentar que a média salarial apresentada se mostra relativa na medida em que muitas pessoas pertencentes aos extratos de rendas mais abastadas não residem fixamente na cidade, o que não contabilizaria na análise do censo realizado pelo IBGE. Apesar disso, através de nossas observações de campo foi possível evidenciar que grande parte da população da cidade vive em condições bastante precárias, tanto no que se refere às médias salariais como em relação à infraestrutura urbana, que é precária em muitas localidades.

Figura 4 – Morros na região central de Angra dos Reis/RJ.



Fonte: IBGE (2010). Org.: Lucas Ferreira Andrade.

14 De acordo com os resultados preliminares disponibilizados pelo IBGE (2020), entre 2010 e 2019 a taxa relativa às favelas e comunidades urbanas em Angra dos Reis teria subido de 34,2% para 39,8%.

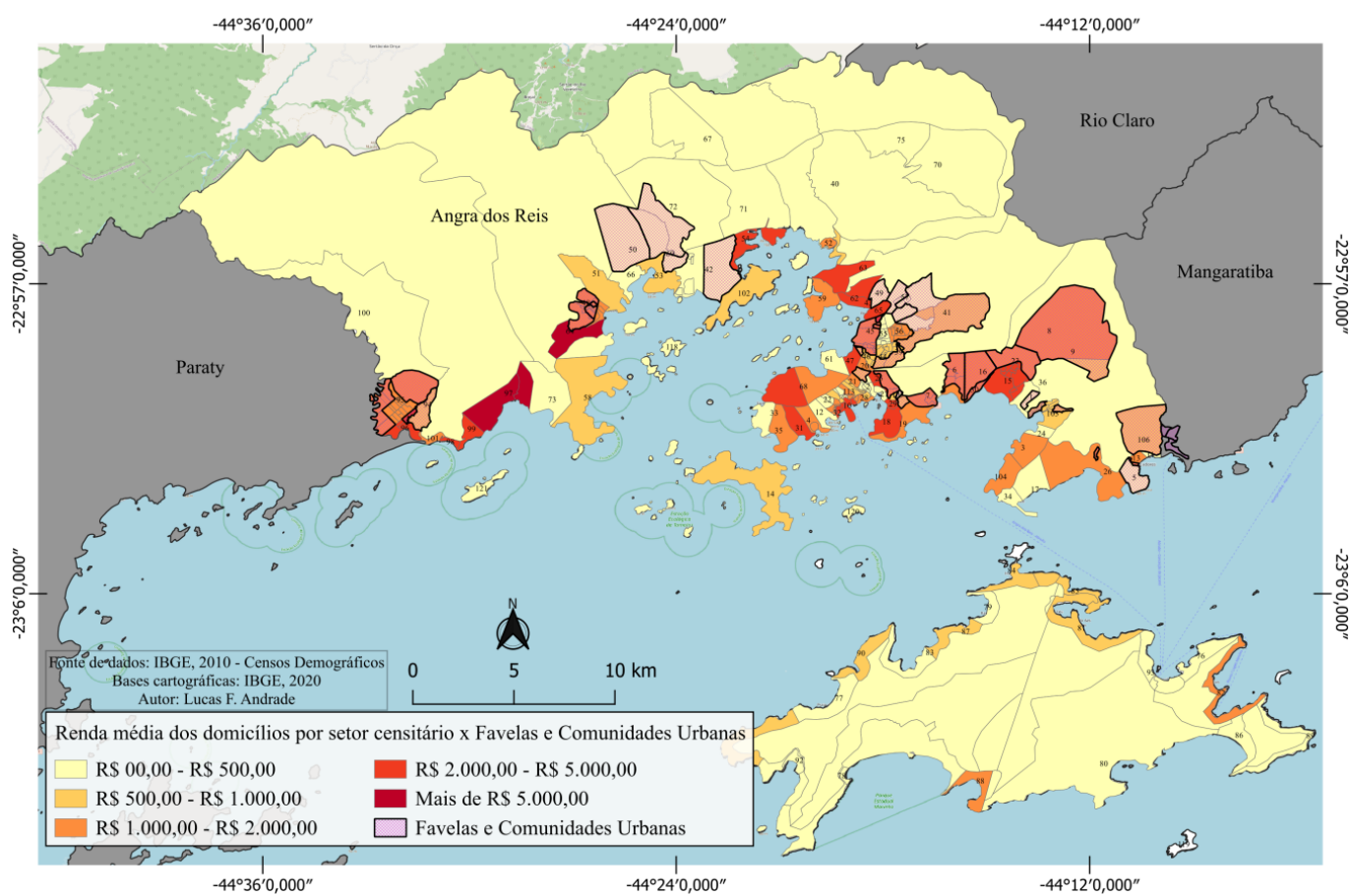
15 O salário mínimo em 2010 era de R\$ 510,00.

Figura 5 – Vista do Morro da Glória 1 para o Morro do Tatu (à esquerda) e Morro do Peres (à direita)



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

Figura 6 – Renda média dos domicílios por setor censitário x Favelas e Comunidades Urbanas em Angra dos Reis/RJ.



Fonte: IBGE (2010). Org.: Lucas F. Andrade.

Em alguns casos, essas áreas eram/são territorializadas por facções do tráfico de drogas¹⁶, fato este que reflete nos problemas relacionados à criminalidade violenta na cidade. Tomando cuidado para não associarmos criminalidade à pobreza, é justamente nesse conjunto de violências causada pela aliança formada entre o capital e o Estado que os grupos de indivíduos socialmente mais frágeis ficam expostos às desigualdades urbanas e se tornam mais suscetíveis ao aliciamento de práticas criminosas, seja por necessidade financeira ou qualquer outro motivo, especialmente quando falamos dos crimes relacionados ao tráfico de drogas. É importante destacar que, Angra chegou a ocupar a 22ª posição entre os municípios mais violentos do país com mais de 100 mil habitantes, conforme apontado em estudos divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2023.

No caso da população de renda média, notamos que estes se encontram preferencialmente em áreas com maiores ofertas de serviços e bens de consumo, com destaque para a região central e para os bairros Japuíba (55), Jacuecanga (15) e Parque Mambucaba (95). Com relação às classes mais abastadas, verificamos que estes se concentram majoritariamente nas áreas mais planas e com boas condições de habitação, especialmente em loteamentos fechados localizados próximos ao mar, onde muitas áreas de praia têm sido “privatizadas” em razão de seu acesso ser praticamente impossível. Segundo Irene Ribeiro (2017), em 1984 a Comissão Contra a Privatização de Praias já apontava que 70% das praias de Angra dos Reis possuíam o seu acesso privatizado; atualmente, mais de 30 anos se passaram e o cenário permanece o mesmo.

Tal situação reflete bem os estudos de Corrêa (1989; 2013), já que a dinâmica econômica da cidade de Angra dos Reis vem interferindo na sua organização espacial, promovendo diferentes tipos de segregação a partir dos investimentos de capital externo e interno, dos conflitos territoriais e migrações subjacentes a essas inserções, que resultaram (e ainda resultam) na produção do espaço pelos excluídos, e da interferência do Estado. De maneira muito resumida, temos: 1) a segregação imposta, relacionada aos estratos mais pobres da população, que se alocam ou se realocam de modo não espontâneo (na maioria dos casos) em espaços com acessos deficitários à infraestrutura urbana; 2) a segregação induzida, que afeta mais a população de renda média, proporcionando algumas escolhas de onde morar e o que fazer em relação às práticas espaciais de consumo e lazer e 3) a autosegregação, praticada pelas classes mais abastadas na medida em que podem efetivamente escolher para si as melhores áreas da cidade, excluindo-as do restante da população ao se fecharem em espaços controlados de habitação e consumo, buscando se alocar entre seus pares.

Sposito (2013) analisa que os diferentes tipos de segregação mencionados acima (assim como outras dinâmicas de exclusão e diferenciação adjetivadas como urbanos, espaciais, territoriais, socioespaciais etc.) compõem um quadro ainda mais amplo e complexo de investigação, processo este denominado de fragmentação socioespacial, o qual pode incluir todos esses fenômenos numa mesma reflexão, sem que isso possa superá-los ou descartá-los.

16 Devido a limitação de espaço, não aprofundaremos as discussões sobre a problemática da criminalidade. Informações sobre a dinâmica da violência urbana em Angra dos Reis podem ser encontradas no artigo publicado nos Anais do SIMPURB de 2022(Pereira; Andrade; Melara, 2022).

Segundo a autora, os processos de fragmentação e segregação são processos que se sucedem no tempo, sendo o conceito de segregação mais antigo, construído desde a perspectiva da Escola da Chicago, em especial na elaboração de Robert Park e nos inúmeros estudos sobre a separação de usos e moradias nas cidades. Assim, a fragmentação socioespacial é “mais recente e mais abrangente, visto que resulta de um arco amplo de dinâmicas, envolvendo diferentes usos e apropriações do espaço”. (Sposito, M., 2013, p. 84). Baseando-se em Prévôt Schapira (1999), Vasconcelos (2013) afirma que o processo de fragmentação é a ausência de um funcionamento global em prol de pequenas unidades, com quarteirões de pobreza e também de riqueza no meio urbano, sendo um processo vinculado às lógicas da globalização e à existência do automóvel. Sposito e Sposito (2020, p. 8), afirmam que:

[...] a fragmentação “tem sempre dupla determinação e expressão: espacial e social” (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 303), tanto do ponto de vista material quanto em sua dimensão simbólica, revelando as práticas constituídas pelas novas formas de separação na cidade. Essa perspectiva se reforça pelo fato de que a cidade dispersa (em qualquer escala considerada, seja a metrópole ou a cidade média), é condição de “novos conteúdos e práticas” (SPOSITO, 2011, p. 140). Assim, além de dupla determinação e expressão, a fragmentação é constituída por movimentos que se articulam dialeticamente, o que reforça a ideia de processo.

Angra dos Reis é uma cidade dispersa, formada por fragmentos de pobreza e fragmentos de riqueza, que pouco interagem. As barreiras, muitas vezes são físicas e muitas vezes são simbólicas. Os espaços residenciais fechados da cidade são exemplos desse processo de fragmentação urbana.

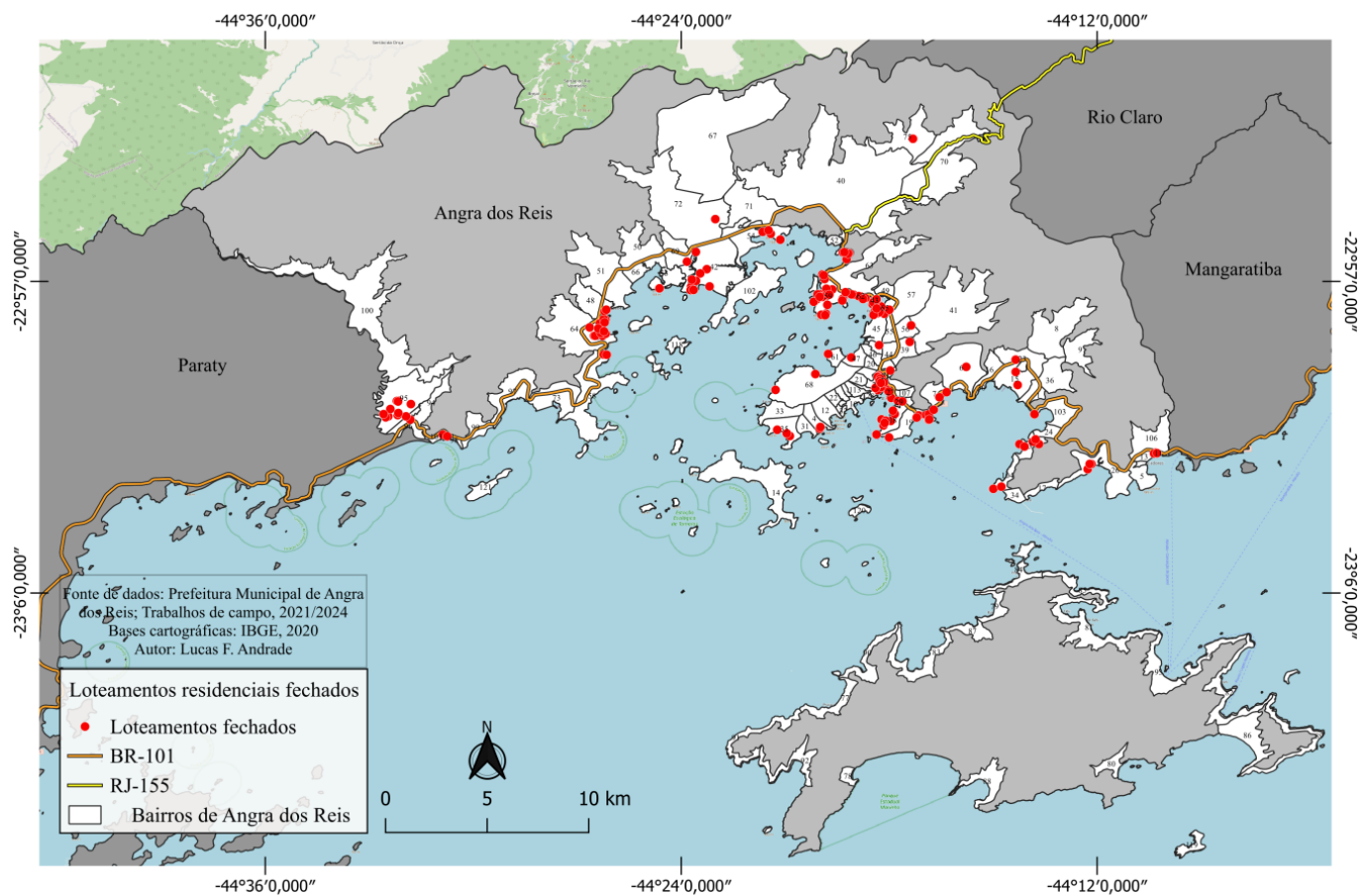
3 | A PRODUÇÃO DE UMA CIDADE SEGREGADA E FRAGMENTADA: ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS EM ANGRA DOS REIS

Nas áreas planas e litorâneas com belas praias e paisagens, encontram-se localizados os espaços residenciais exclusivos destinados à população de média e alta renda. A partir do cruzamento de dados obtidos em campo com a base disponibilizada pela prefeitura de Angra dos Reis, identificamos 177 loteamentos residenciais fechados na cidade, sendo estes nomeados como condomínios (163), edifícios (9) e espaços residenciais (5) (Figura 7).

Além disso, é preciso considerar que Angra dos Reis possui uma faixa litorânea com mais de 80 km de extensão, o que reflete na distância entre a maioria dos loteamentos fechados localizados nessas áreas. Tal fato faz com que cada grupo frequente o seu próprio espaço e se exclua da realidade vivida do lado de fora dos muros, sobretudo em loteamentos de alto padrão, onde as lógicas de fragmentação são facilitadas tanto pelas rodovias, com o uso de automóveis, como também por infraestruturas que permitem a chegada e permanência de veículos marítimos e aéreos, como marinas e/ou helipontos privados (Figuras 8 e

9) localizados principalmente em loteamentos à beira-mar. Em todo o município, identificamos 32 helipontos privados e 2 aeroportos, sendo um público e um privado (Figura 10).

Figura 7 – Loteamentos residenciais fechados em Angra dos Reis/RJ.



Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis; Trabalhos de campo 2021/2024. Org.: Lucas Ferreira Andrade.

Figura 8 – Marina privada localizada no condomínio Marbella.



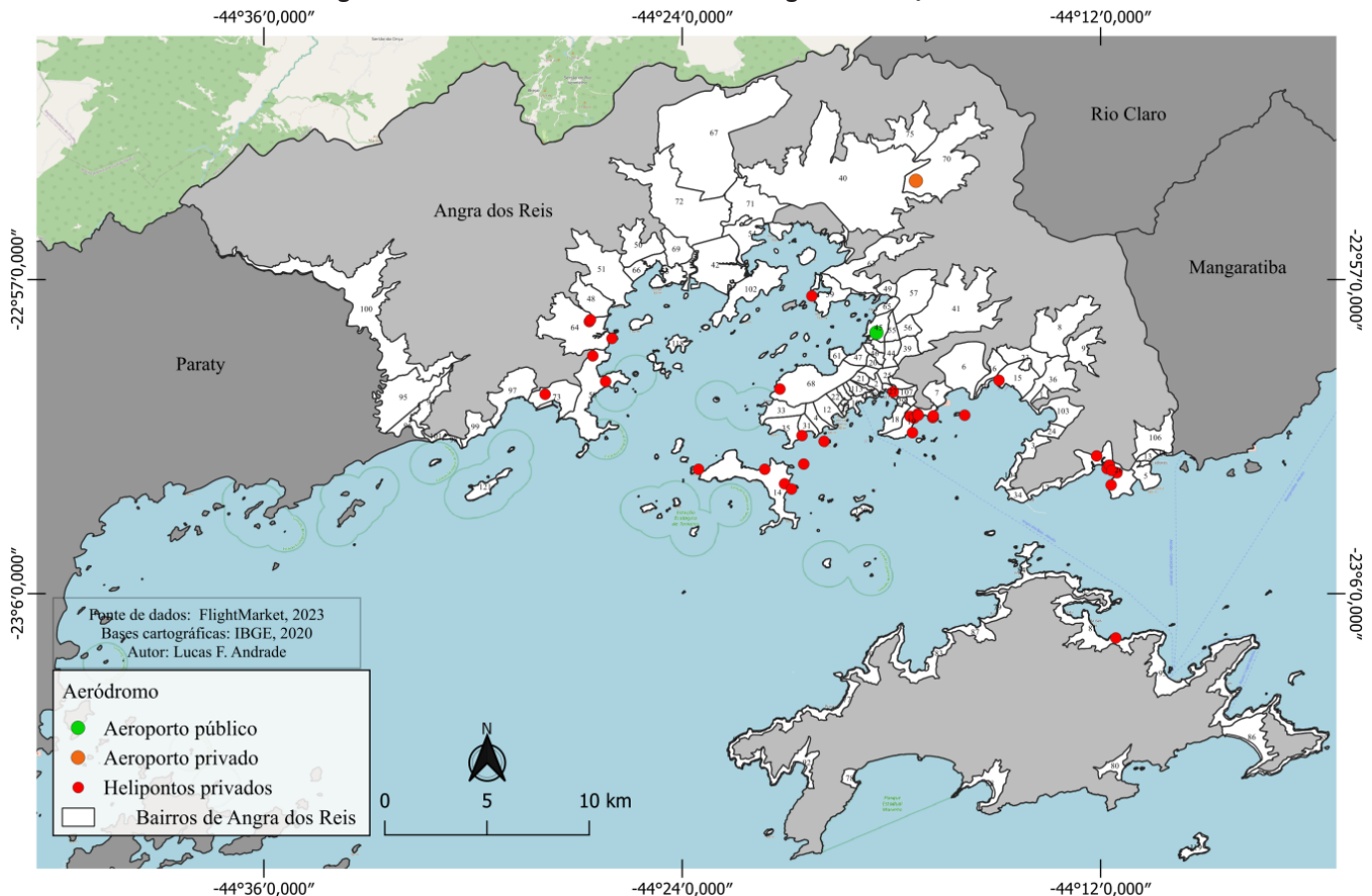
Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

Figura 9 – Heliporto privado localizado no condomínio Praia das Araras



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

Figura 10 – Aeródromos localizados em Angra dos Reis/RJ



Fonte: *FlightMarket* (2023). Org.: Lucas Ferreira Andrade.

Em campo, verificamos que os loteamentos voltados às classes mais abastadas restringem suas práticas sociais e espaciais às suas residências e espaços de lazer e consumo. Em geral, grande parte deste público não conhece o centro da cidade, tampouco frequenta os *shoppings centers* ou os supermercados da região, já que muitas vezes quem realiza suas compras são os/as caseiros/as do imóvel. Nesses espaços, a segregação também ocorre do lado de dentro

dos muros: os caseiros, por exemplo, têm moradias separadas dentro do lote da residência, vestindo-se, muitas vezes, com uniformes diferenciados, prevalecendo uma separação social e espacial em todo tempo de convívio. Além disso, observou-se que, nos imóveis com acesso ao mar, praticamente todos possuem o seu próprio píer particular para eventuais deslocamentos; quando é necessária a utilização de marina, o proprietário ou locatário do imóvel também deve pagar o aluguel referente à vaga disponibilizada (seja esta vaga seca ou molhada), mesmo que a pessoa não tenha nenhum tipo de veículo marítimo.

Como já mencionado anteriormente, visitamos cerca de 40 loteamentos residenciais fechados em Angra dos Reis, onde foi possível observar uma ampla diversidade de imóveis disponíveis no que se refere a valores e tamanhos das residências, atendendo estratos da população de rendas médias (mais de 10 mil reais por domicílio) até estratos populacionais de rendas extremamente elevadas, como milionários e bilionários. Em nossas observações de campo, também verificamos que a maioria dos loteamentos visitados é composta por construções horizontais, apesar de também haver algumas poucas edificações verticais. Em todos esses espaços, notamos a presença de barreiras físicas (muros e/ou grades) e câmeras de segurança, além de guaritas e vigilantes em grande parte desses empreendimentos. Em loteamentos onde há a presença de guaritas e vigilantes, foi preciso se identificar e justificar a necessidade de entrar no local – em alguns desses casos, tivemos acesso aos espaços internos do loteamento alegando interesse em alugar ou comprar algum imóvel.

Ainda nesse sentido, cabe salientar que a maioria dos imóveis localizados nos loteamentos visitados não é utilizada como primeira residência por seus respectivos proprietários, sobretudo naqueles que possuem acesso ao mar. Este fato reforça nossas reflexões sobre a influência e a dinâmica do turismo-imobiliário na cidade, uma vez que a maior parte desses imóveis é utilizada apenas para veraneio, possíveis locações ou investimento.

Nos loteamentos de alto padrão, as condições criadas para manter o isolamento de seus residentes ou frequentadores e o distanciamento destes para com os “outros” do lado de fora dos muros se mostra ainda mais evidente em razão das ofertas de atividades voltadas ao turismo náutico, de espaços de bens de consumo (restaurantes, mercados, lojas de roupas e acessórios etc.) e daqueles atinentes ao lazer (praças, espaços esportivos etc.). Apesar da criação desses espaços de convívio, nem mesmo a relação entre vizinhos de um mesmo empreendimento pôde ser notada durante nossas entrevistas e observações realizadas em campo, circunstância esta que se alinha aos estudos de Caldeira (1997; 2000) e Sposito e Góes (2013), dos quais sinalizam que a produção desses espaços não promove o desenvolvimento de relações coletivas, mas de exclusão dos indesejáveis e de socializações superficiais com pessoas de sua própria bolha social.

No caso dos loteamentos de padrão mediano, nota-se que os moradores desses espaços participam um pouco mais das atividades cotidianas da cidade, como verificamos no condomínio Praia do Jardim II (Figura 11), situado próximo ao centro da cidade¹⁷, onde a síndica do condomínio¹⁸ nos relatou que maioria dos condôminos deste empreendimento reside e trabalha em Angra dos Reis.

17 O condomínio Praia do Jardim II está localizado no bairro Praia do Jardim (29).

18 Entrevista realizada em 20/10/2021.

Figura 11 – Condomínio Praia do Jardim II



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

Em vista da dificuldade de analisar detalhadamente os 177 loteamentos residenciais fechados de Angra dos Reis, nos aprofundaremos sobre uma análise preliminar dos complexos de loteamentos fechados Porto Frade, Porto Bracuhy e Portogalo (Figura 12)¹⁹, que se destacam pela maior notoriedade quando comparados a outros empreendimentos turístico-imobiliários da cidade, considerando sua extensão territorial e infraestrutura ofertada, bem como em relação ao público que frequenta esses espaços, como pessoas de alto poder aquisitivo conhecidas pela grande mídia²⁰. Sobre a utilização do termo “complexo”, este se dá em razão desses empreendimentos apresentarem três ou mais loteamentos residenciais em um mesmo espaço fechado, além da ampla oferta de espaços e atividades destinadas ao consumo e lazer.

Desse modo, ao relacionarmos os dados disponibilizados pela Prefeitura de Angra dos Reis com os nossos trabalhos de campo, verificamos que no Porto Frade existem 13 loteamentos residenciais localizados em um mesmo espaço fechado; já no Porto Bracuhy identificamos 8 (oito) empreendimentos com as mesmas características; e no Portogalo apenas 3 loteamentos. Ainda segundo os dados concedidos pela Prefeitura, tanto no Porto Frade como no Porto Bracuhy os primeiros loteamentos tiveram o seu habite-se aprovado no início dos anos 1980, como no caso do condomínio Fra-Domênico (1980), no Porto Frade, e do condomínio Studios Marina (1980), no Porto Bracuhy. No caso do Portogalo, as primeiras habitações foram registradas no condomínio Village I, com habite-se do ano de 1997. Ao pesquisarmos um pouco sobre a história de cada um dos três empreendimentos, verificamos que esses espaços foram planejados muito antes

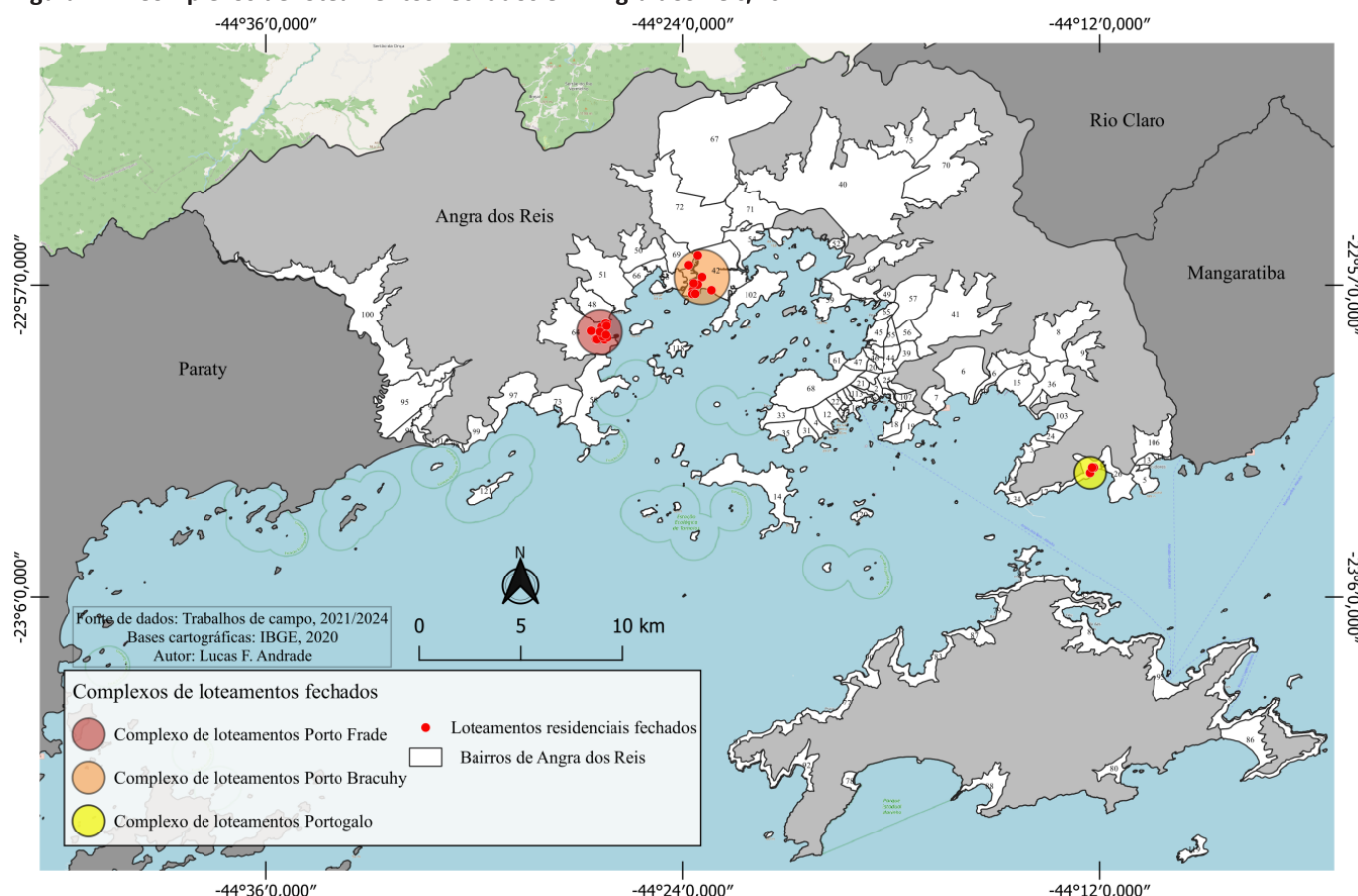
¹⁹ Salienta-se que o termo “residencial” não se adéqua a definição geral destes complexos em razão de dois destes empreendimentos (Porto Frade e Portogalo) também apresentarem, em sua delimitação, loteamentos destinados ao uso hoteleiro, bem como veremos no decorrer deste trabalho.

²⁰ Famosos possuem propriedades, ou já frequentaram esses espaços, como Roberto Justos, Felipe Massa, Gustavo Lima, Luciano HuCK etc.

do início de suas primeiras construções, com destaque para os complexos Porto Frade e Porto Bracuhy, idealizados em meados dos anos 1950 e 1960, a partir do planejamento inicial da rodovia BR-101.

Cabe ainda enfatizar que todos os três empreendimentos possuem um sistema sofisticado de segurança baseado em câmeras e guardas de vigilância, além de muros, cancelas e guaritas no entorno de sua delimitação. Por estarem localizados à beira-mar, fica evidente que essas dinâmicas resultam no cerceamento e/ou na privatização total ou parcial de praias situadas dentro de suas dependências, dificultando bastante a entrada para banhistas ou possíveis visitantes.

Figura 12 – Complexos de loteamentos fechados em Angra dos Reis/RJ



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Org.: Lucas Ferreira Andrade.

Além disso, notamos que todos os três complexos se encontram próximos a áreas empobrecidas da cidade, onde as barreiras físicas fazem a separação entre os “ricos e pobres”, embora as barreiras simbólicas sejam ainda mais profundas. Conforme observado, tal proximidade ocorre devido à necessidade de mão-de-obra para a realização de serviços no interior desses empreendimentos, como serviços domésticos, de jardinagem, construção civil etc. Caldeira (1997, p. 156) já chamava atenção para essa questão quando apontou que: “Nos anos 90, as distâncias físicas entre ricos e pobres diminuíram, ao mesmo tempo em que os vários mecanismos para separá-los tornaram-se mais óbvios e complexos”.

Prosseguindo com nossas análises, mencionamos na seção anterior, que o complexo Porto Frade está localizado na antiga fazenda do Retiro. De acordo com Mendonça (2017), foi comprada pela família Borges em 1958, recebendo o nome

de fazenda do Frade. Nesse sentido, verificamos que a primeira construção voltada ao turismo-imobiliário neste espaço se deu através da fundação do antigo Hotel do Frade (atual Hotel Fasano) em 1972, sendo este o primeiro hotel construído em Angra dos Reis.

Ainda segundo a autora supracitada, o diferencial do empreendimento Porto Frade está na exclusividade dos serviços ofertados em sua delimitação (sejam estes voltados ao âmbito residencial, consumo ou lazer), sobretudo quando comparados aos serviços ofertados no empreendimento Porto Bracuhy. Em um relato de Roberto Bonfim, considerado por Mendonça (2017, p. 120) como um grande colaborador para implantação dos loteamentos localizados no Porto Frade, pôde ser observado, de maneira mais intrínseca, essa diferenciação em relação ao Porto Bracuhy; conforme apontado Roberto:

O condomínio do Bracuhy tinha um projeto arrojado, um canal maravilhoso, marina para 500 barcos e toda a infraestrutura para ser o melhor condomínio da região, mas teve uma venda maciça que não se sustentou. Sérgio Dourado²¹ lançou uma quantidade absurda de apartamentos, vendeu muito para os argentinos e, quando fluxo cambial se inverteu, aquilo ficou abandonado. Uma pena!

De acordo com Irene Ribeiro (2017), Roberto Bonfim foi um ex-funcionário da EMBRATUR – responsável pela elaboração do Projeto Turis – e chegou à Angra dos Reis durante os anos 1970, sendo colocado pela empresa à disposição do empresário Carlos Borges, que comprou e expropriou terras e construiu os primeiros hotéis na cidade. Antes de seu falecimento, Roberto era administrador do complexo de loteamentos fechados Portogalo, sendo uma pessoa bastante influente no setor turístico-imobiliário da região e que acompanhou a implantação de diversos “condomínios” localizados em Angra dos Reis.²²

Ainda sobre o empreendimento Porto Frade, notamos que para além dos espaços destinados ao uso residencial, dos quais em sua maioria não são habitados fixamente pelos proprietários dos imóveis, mas utilizados para locação e/ou veraneio²³, há, neste mesmo espaço fechado, um centro comercial (Figura 13) com lojas de grife, imobiliárias, restaurantes e uma joalheria. Também identificamos outras imobiliárias fora deste centro comercial, além de um clube náutico (late Clube de Santos), uma marina privada para uso dos condôminos (Marina Porto Frade) e diferentes espaços destinados ao lazer, com destaque para um campo de golfe e um ambiente destinado à prática de hipismo.

21 Falaremos mais adiante sobre o Sérgio Dourado.

22 De acordo com o site transparência, Roberto possuía participação em dois CNPJ's: Pousada de Paraty, aberta em 04/10/78; e Hotel Portogalo SA., aberta em 06/08/91. Disponível em: <https://transparencia.cc/dados/socios/546057/roberto-bonfim/>

23 Tais informações foram obtidas através de entrevistas com moradores e trabalhadores desses espaços.

Figura 13 – Centro comercial localizado no complexo de loteamentos Porto Frade



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

Outro destaque deste conjunto de loteamentos se refere ao Hotel Fasano (Figura 14), categorizado conforme os dados da Prefeitura de Angra dos Reis como um loteamento destinado ao uso hoteleiro²⁴. Situado ao lado do centro comercial mencionado no parágrafo anterior, o Hotel Fasano apresenta um alto nível de serviços e de infraestrutura, oferecendo até mesmo serviços de massagem, SPA e piscinas (quentes e frias) (Figura 15) em um clube privado de suas dependências (*MareaClub*), o qual pode ser utilizado exclusivamente por seus hóspedes ou por pessoas externas que venham a pagar a sua taxa de utilização²⁵. Para se hospedar neste hotel, a diária pode variar em relação ao tipo de suíte e a baixa e alta temporada, podendo esses valores variar entre 2 mil e 40 mil reais.²⁶

Em campo, verificamos que esses investimentos têm alcançado esferas internacionais de capitalização, já que 70% do Hotel Fasano pertenceria à empresa JHSF²⁷, líder no setor imobiliário de alta renda no Brasil²⁸, e os outros 30% à família Fasano, descendentes de italianos que vieram para o Brasil no início do

24 Importante lembrar que em nossos mapeamentos não incluímos loteamentos destinados à hotelaria, deixando apenas aqueles destinados ao uso residencial.

25 Em campo, verificamos que hóspedes do Fasano podem utilizar as dependências do *MareaClub*; já proprietários e locatários de outros loteamentos não teriam tal permissão, a não ser se pagarem pelo título do clube, que custa 25 mil ao ano. A única exceção do pagamento desta taxa se dá para hóspedes do loteamento Vila Verde (conhecido como Frade Villas), que podem pagar 5% sobre o aluguel do imóvel para sua utilização.

26 Os valores aqui apresentados foram obtidos através da entrevista realizada com a corretora de imóveis citada na nota de rodapé número 24 (Entrevista realizada em 21/07/2022).

27 Fundada em 1972, a JHSF possui expressiva atuação nos mercados de shopping centers, fashionretail, hospitalidade e gastronomia, desenvolvimento imobiliário e outras atividades associadas (JHSF, 2023).

28 As ações da JHSF fazem parte da bolsa de valores brasileira, possuindo participação no Índice Bovespa (IBOV).

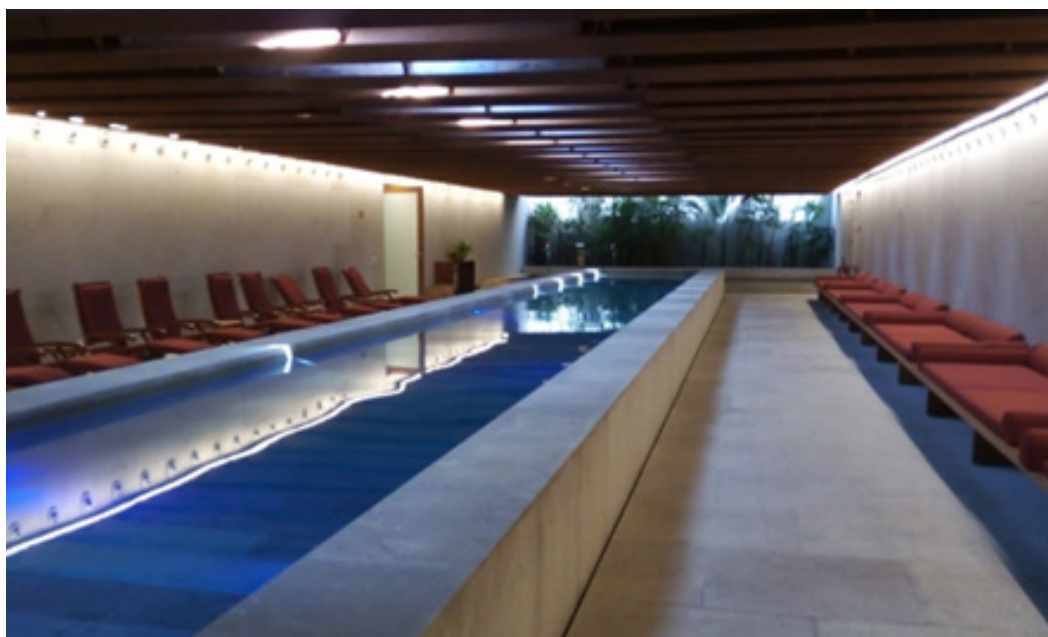
século XX. Tais relações econômicas reforçam, portanto, o argumento levantado anteriormente sobre a influência interna e externa à cidade de atores ligados a esses empreendimentos e a dinâmica de atração de capital externo utilizada pelos mesmos, bem como demonstram o privilégio “turístico-locacional” desses espaços em relação a outros situados próximos ao mar.

Figura 14 – Parte do Hotel Fasano, localizado no complexo de loteamentos Porto Frade



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

Figura 15 – Área de SPA e piscinas (quentes e frias) do Marea Club



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

Passando para nossas análises atinentes ao complexo de loteamentos Porto Bracuhy, verificamos que a localidade em que o empreendimento se situa corresponde a terras que, no passado, pertenciam ao comendador José de Souza Breves, um fazendeiro escravocrata que mantinha grandes parcelas de terras por onde hoje se encontram os bairros Bracuí (42), Gamboa do Bracuí (50), Santa Rita do Bracuí (69) e Sertão do Bracuí (72).²⁹

Segundo Pessoa (2011), mesmo após a abolição da escravidão no Brasil, a família Breves continuou praticando o tráfico ilegal de pessoas por muito tempo, no entanto, após serem impossibilitados de manter essas atividades, passaram a ter problemas econômicos devido aos baixos lucros extraídos de suas propriedades na região. Por possuir terras em outras regiões do estado do Rio de Janeiro e também espalhadas pelo país, José Breves teria abandonado as suas terras em Angra dos Reis, deixando-as como doação para as pessoas que foram escravizadas por ele e sua família.

Não obstante, entre as décadas de 1960 e 1970, com o planejamento e construção da BR-101, parte desse território passou a ser ocupado pelo empreendimento Porto Bracuhy, fato este que resultou (e ainda resulta) em intensos conflitos fundiários com os povos tradicionais da região, sobretudo com a população do Quilombo Santa Rita do Bracuí. Em vista disto, temos observado que apesar da doação dessas terras terem sido ofertadas em sua totalidade aos povos quilombolas da região, atualmente a delimitação do Quilombo corresponde, no âmbito jurídico, apenas a uma parte do bairro Santa Rita do Bracuí³⁰, reconhecido como território quilombola pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apenas no ano de 2023.³¹

Entre os grandes agentes responsáveis pelo desdobramento desses conflitos, está Sérgio Dourado, que, entre os anos de 1970 e 1975, possuía uma das maiores fortunas do país, advinda principalmente da especulação no mercado da construção civil (Jornal Opinião, 1976). Utilizando-se da grilagem de terras, processos de aliciação ou até mesmo de ameaças, muitas pessoas que viviam nessas áreas foram coibidas a sair de suas casas, sendo obrigados a viver em espaços mais afastados com precárias condições de infraestrutura urbana.

No caso da população que permaneceu nos arredores do complexo Porto Bracuhy, estes se viram obrigados a trabalhar dentro do próprio empreendimento devido às mudanças econômicas, sociais e culturais trazidas através da implantação de imóveis de luxo na região. Numa entrevista realizada com o síndico do condomínio geral do Bracuhy³², que também é dono de uma imobiliária localizada dentro do próprio complexo Porto Bracuhy, notamos que sua opinião

29 Um fato curioso e importante de ser mencionado é que o complexo de loteamentos Porto Bracuhy se utiliza de uma nomenclatura diferente do bairro em que está localizado (Bracuí), o que demonstra a diferenciação que este empreendimento pretende transmitir em relação ao restante da cidade.

30 Outro fato curioso e cabível de ser salientado é que o codinome Rita, presente tanto no nome do bairro como no nome do Quilombo, corresponde ao nome da esposa de José de Souza Breves.

31 Disponível em: <https://direitoshumanos.dpu.def.br/remanescentes-do-quilombo-de-santa-rita-do-bracui-tem-territorio-reconhecido-pelo-incra/>

32 Entrevista realizada em 17/07/2021.

converge com o exposto, já que o mesmo teria afirmado que o “desenvolvimento econômico” trazido pelo tal empreendimento proporciona empregos para toda população ao redor, inclusive para os moradores do quilombo.

Por outro lado, temos o relato concedido pelo ex-líder comunitário do Quilombo do Bracuí, que aponta que:

Antigamente não tinha essa “coisa” de “eu preciso ter uma casa assim e tal”, o que existia aqui era um modelo de vivência. A partir do momento que entra a Rio-Santos, ela chegacom todo esse conceito de “progresso”, dizendo que aquela casa de pau a pique era ruim, que viver na cidade era melhor, que as pessoas viviam melhores na cidade etc. Aí a especulação imobiliária começou a tomar o território, passaram a ter processos de grilagem e as pessoas foram perdendo suas terras. As pessoas começaram a ter que ganhar a vida trabalhando nesses empreendimentos que foram surgindo através da Rio-Santos, que é a Usina Nuclear, o Estaleiro, que já existia nessa época, e os condomínios (Entrevista realizada em 14/07/22).

Ao compararmos os bairros situados no entorno do complexo Porto Bracuhy com o padrão social e econômico evidenciado dentro deste empreendimento, podemos perceber a difusão de um processo de segregação espacial muito evidente, o qual contribui diretamente para o aprofundamento da fragmentação do tecido urbano desta zona e de todo o conjunto da cidade. Com exceção dos bairros Ilha do Jorge (53), Itanema (54) e Ilha Comprida (102), todos os outros bairros localizados no entorno do Bracuí (42)³³ – inclusive o próprio bairro do Bracuí – apresentam uma renda média por domicílio correspondente à faixa de zero a um salário mínimo, com destaque para as áreas classificadas pelo IBGE como favelas e comunidades urbanas nesta área do município³⁴.

Já no conjunto de loteamentos fechados Porto Bracuhy, pelas informações relativas ao aluguel e venda de imóveis neste espaço podemos notar que seus frequentadores – sejam estes proprietários ou locatários – pertencem aos estratos da população de média e alta renda, já que os aluguéis das casas podem variar de 3 mil a 70 mil reais por mês (não incluindo a taxa condominial), podendo ultrapassar a faixa dos 50 milhões de reais quando colocados para venda, similar aos valores do Porto Frade. Além dos empreendimentos residenciais, neste complexo também há um hotel (Hotel Samba) com piscinas e quadras de tênis, um centro comercial (com imobiliárias e lojas de roupas e acessórios), um salão de festas e uma marina privada, que se destaca pela grande quantidade de vagas ofertadas (1000 vagas) e pelo suporte marítimo prestado, podendo comportar embarcações com mais de 135 pés.

33 Bairros localizados no entorno do bairro do Bracuí (42): Gamboa do Bracuí (50), Santa Rita do Bracuí (69), Sertão de Itanema (71) e Sertão do Bracuí (72).

34 Tais informações podem ser observadas graficamente na Figura 7, exposta e analisada na seção anterior.

De acordo com dois corretores da imobiliária Porto Bracuhy³⁵, a maior parte do público atendido pela empresa procura por imóveis neste complexo em virtude do “apoio náutico” prestado no local, seja pela abrangência da Marina Porto Bracuhy ou pelos imóveis que possuem acesso a canais fluviais dentro deste empreendimento (Figura 16). Para esses corretores, os barcos também estão cada vez maiores: se antes uma embarcação de 50 pés era considerada grande, hoje em dia as maiores chegam a ter entre 115 e 135 pés. Em outras palavras, isso quer dizer que os imóveis com potencial para ancorar esses tipos de barcos tendem a valorizar ainda mais, pois começam a ficar escassos os locais que comportam embarcações deste tamanho.³⁶

Baseando-se na fala de um dos corretores referidos acima, é preciso destacar que, em meio a essa dinâmica, muitos proprietários de imóveis deste empreendimento não enxergam esses espaços como locais de moradia, mas como um investimento. Conforme relatado:

É um tipo de público que chega a ter cinco, seis, sete casas espalhadas por todo o Brasil. Então para eles não é apenas uma casa, mas um negócio. Esse público não compra o imóvel visando o próprio imóvel de fato, mas o que pode agregar valor nele. Por exemplo: tem casas que não são boas, mas custam três milhões de reais só por estar de frente para um canal que comporta uma embarcação de 120 pés, então o proprietário pede esse valor não pela casa, mas pela sua localização. (Entrevista realizada com um corretor de imóveis da imobiliária Porto Bracuhy em 21/07/22, grifo nosso).

Figura 16 – Imóveis localizados próximos a um canal fluvial no complexo Porto Bracuhy



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

35 Entrevistas realizadas em 21/07/2022, em imobiliárias dentro do complexo.

36 Entrevistas realizadas em 21/07/22.

Nessa mesma perspectiva, através da entrevista realizada com o síndico do condomínio Geral Porto Bracuhy pôde ser verificado que, em todo o complexo Porto Bracuhy, apenas 20% dos imóveis seria habitado fixamente, ao passo que os outros 80% seriam utilizados apenas para momentos de lazer, seja por seus proprietários ou locatários.³⁷

Nossas considerações sobre o complexo de loteamentos fechados Portugalo podem ser iniciadas a partir da dificuldade encontrada para adentrarmos neste empreendimento, que, para além dos aparatos de segurança, só concedem a entrada para automóveis mediante a um convite realizado por algum morador local. Para frequentar a praia, por exemplo, os visitantes devem adentrar nas dependências do empreendimento caminhando, sendo o caminho até o mar bastante extenso (aproximadamente 2 km).

Assim, para adentrar este espaço, tivemos a permissão concedida por uma moradora – que já trabalhou como caseira no complexo Portugalo – da vila de (antigos) pescadores que existe dentro deste empreendimento, conhecida como Vila Portugalo (Figura 17). Em nosso trabalho de campo, entrevistamos essa moradora e sua amiga que não mora mais na vila, mas que também já foi caseira em um imóvel situado no Portugalo.³⁸

De acordo com as duas entrevistadas, no passado essa vila era ocupada por povos tradicionais da região, que se utilizavam da pesca como principal meio de subsistência. Entretanto, após a chegada da empresa responsável pelos primeiros loteamentos desta área, este território acabou sendo “agregado” ao espaço que atualmente corresponde ao complexo Portugalo, acarretando em diversas mudanças nas práticas sociais e espaciais das pessoas que ali viviam. Segundo nossas entrevistas, essa empresa teria comprado o terreno de muitos moradores, porém, permitiu a permanência dos mesmos dentro de sua delimitação, embora nenhuma casa da vila tenha acesso ao mar ou para algum canal fluvial.

Figura 17 – Vila Portugalo.



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

Devido ao impedimento de continuar se mantendo da pesca, muitas famílias oriundas desta vila, bem como muitos imigrantes que passaram a vir para esta zona da cidade a procura de melhores condições de vida, se viram induzidos a trabalhar

³⁷ Entrevista realizada em 17/07/2021.

³⁸ Entrevistas realizadas em 10/06/2021.

como caseiros/as nos imóveis de alto padrão ali construídos, desencadeando circunstâncias um tanto quanto parecidas com àquelas descritas sobre a população que reside no entorno do complexo Porto Brachuhy.

No que diz respeito ao trabalho executado pelo/as caseiros/as do empreendimento Portugalo, pôde ser observado, através da entrevista com a ex-caseira e atual moradora da vila Portugalo, que o serviço era bastante intenso nos dias em que os proprietários do imóvel iam para a residência, não tendo tempo para comer nem ao menos tomar água. Durante sua fala, a entrevistada aparentou estar bastante frustrada com os antigos “patrões”, pois apesar de ter trabalhado por 16 anos no local, não recebeu nenhuma ajuda dos antigos donos quando precisou de assistência médica devido a complicações renais, que resultaram posteriormente na necessidade de um transplante de rins.³⁹

Na opinião da outra entrevistada, que não reside mais na vila, muitos caseiros/as até compram carro e vivem bem, já que os salários podem chegar a 2.500 reais e não há a necessidade de pagar luz, água e condomínio. Apesar disso, através da sua fala também foi destacado a excessiva carga de trabalho que deveria ser prestada quando os donos dos imóveis vinham para o Portugalo, bem como podemos notar através do seguinte relato:

Quando a família toda e os amigos vinham para a casa do condomínio, às vezes era necessário até contratar uma ajudante, já que eu precisava cozinhar enquanto a pessoa ia fazendo outras coisas. Quando os proprietários estavam na casa, eu trabalhava praticamente o dia todo, até umas 21h mais ou menos. Quando não tinha ninguém, meu trabalho ia das 9h às 15h, eu tinha que limpar a casa e mantê-la limpa, além de cuidar dos animais que eles possuíam (Entrevista realizada com uma ex-caseira do empreendimento Portugalo em 10/06/2021).

Ainda nesse sentido, temos evidenciado uma disparidade enorme tanto no que se refere ao padrão imobiliário observado como no modo de vida daqueles que vivem na vila em relação aos demais frequentadores do empreendimento Portugalo, já que alguns destes não podemos nem chamar de “moradores”. Nessa vila, podemos ver pequenos comércios, bares, escola, posto de saúde e pessoas andando pelas ruas, sendo possível perceber algum tipo de convívio social e espacial em suas práticas cotidianas. Por outro lado, nas ruas que dão acesso aos imóveis de alto padrão quase não há movimento, a não ser de caseiros que fazem a manutenção dessas casas.

Conforme as entrevistas realizadas, nos finais de semana e feriados os imóveis de luxo seriam mais utilizados, apesar do convívio entre seus frequentadores não ser algo muito notado, já que além de não existir nenhum espaço de uso coletivo no entorno, cada um desses terrenos possui sua própria área de lazer, geralmente com piscinas, quadra de jogos, piques particulares e até helipontos privados

39 No momento da entrevista, realizada em junho de 2021, essa entrevistada tinha 40 anos e já estava aposentada por problemas de saúde. Segundo ela, seus problemas renais podem ter sido agravados em virtude do trabalho excessivo, já que não tinha tempo nem para tomar água ao longo de sua jornada de trabalho.

(Figura 18). Em alguns casos, nesses lotes também há casas para os caseiros/as que trabalham no local, sendo este espaço separado da residência principal do terreno.

Figura 18 – Imóvel de luxo localizado no complexo Portugalo



Fonte: Booking.com. Adaptado pelos autores.⁴⁰

Em meio a esse contexto, pôde ser verificado que os proprietários dessas residências de alto padrão são, em geral, empresários, médicos e advogados bem sucedidos financeiramente, sendo a maioria residente do estado do Rio de Janeiro, especialmente da capital e região metropolitana. A título de exemplo, na entrevista concedida pela ex-caseira e antiga moradora da vila Portugalo, pôde ser constado como viviam seus antigos “patrões” através do seguinte depoimento:

Meu ex-patrão é proprietário de uma construtora – que herdou do pai – e dono de vários postos de gasolina, acho que uns oito postos. Já a esposa dele trabalhava como gerente de banco, mas agora administra as residências da família, sendo uma cobertura na Barra da Tijuca, onde a família reside, essa casa do Portugalo e outra em Cabo Frio. Todos possuíam carros, inclusive os filhos. Eles tinham muito dinheiro, não tinha como mensurar. A casa daqui [do Portugalo], por exemplo, têm sete suítes, sauna, quadra de tênis e uma quadra de jogos com mesa de sinuca. Na cobertura na Barra tem cinco suítes, com sauna e piscina. E a casa em Cabo Frio também é grande, só não sei quantos cômodos possui (Entrevista realizada com uma ex-caseira do empreendimento Portugalo em 10/06/2021).

⁴⁰ Disponível em: <https://www.booking.com/hotel/br/6-suites-em-angra-com-deck-privativo-condominio-portogalo.pt-br.html>

Por meio desta descrição, podemos ter uma ideia do tamanho das residências e do nível econômico dos proprietários de imóveis de luxo situados no complexo Portugal, dos quais podem chegar à faixa de 20 milhões de reais quando destinados para a venda.

Além dos loteamentos de uso residencial, cabe salientar que no Portugal também há um loteamento voltado à hoteleira: o Portugal Suíte. Conforme observado, este hotel oferece alguns espaços gastronômicos (pizzaria, restaurante e *lobby bar*) e também oferta atividades de lazer, principalmente passeios de barco para toda a região de Angra dos Reis. Em seu *site* oficial, verificamos que o preço da diária para um hóspede pode variar em torno de 600 a 1.100 reais, sem nenhum tipo de benefício incluso neste valor.⁴¹

No complexo Portugal, verificamos que, a fragmentação ocorre sem nenhum tipo de barreira física, havendo um “enclave” de pessoas desfavorecidas economicamente no meio de loteamentos de alto padrão. As barreiras simbólicas, no entanto, predominam de maneira ainda mais constante e intensa, já que os moradores da vila mencionada trabalham e vivem no local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecida por suas belas praias e paisagens exuberantes, Angra dos Reis é uma cidade fortemente marcada pela inserção do capital turístico-imobiliário, com destaque para o número expressivo de espaços residenciais fechados destinados à população de alta renda e aos estratos superiores da classe média. Uma característica fundamental é que os proprietários não residem na cidade, cujas residências são usadas como segunda, terceira residência; para locação ou investimento. Por outro lado, Angra dos Reis é um dos municípios brasileiros que mais possuem domicílios em áreas classificadas como favelas e comunidades urbanas pelo IBGE, apresentando precárias condições de infraestrutura urbana. É também uma cidade marcada por graves conflitos fundiários entre a elite e os povos tradicionais da região, onde a maior parte da população está empregada em trabalhos precarizados, recebendo renda inferior a um salário mínimo.

Angra dos Reis revela um desenvolvimento turístico altamente elitista, que ocorre por meio de uma intensa articulação entre o capital privado externo e a elite fundiária local, além da participação do Estado, privatizando inclusive os espaços públicos de lazer, como as praias. Por outro lado, a maioria dos habitantes da cidade se encontra em condições subalternizadas, já que não possuem o direito de participar efetivamente de decisões que afetam constantemente as suas práticas sociais e espaciais. Nesse sentido, como destacado no texto de Vivas (2012) que analisa a situação das ilhas caribenhas, Angra dos Reis segue esse padrão de influência externa prevalecendo “não somente nos sistemas político e econômico, mas, sobretudo, nos ‘corações e mentes’ da sociedade periférica” (Vivas, 2012, p. 77, grifo da autora).

Conforme analisado por Sposito e Sposito (2020), podemos considerar que Angra dos Reis apresenta processos fragmentadores bastante complexos, caracterizando-se como uma cidade dispersa, onde a fragmentação está expressa tanto por elementos objetivos quanto subjetivos. Apesar das singularidades locais,

41 Disponível em: <https://portugalosuite.com.br/portogalo-suite/>

as distâncias entre os ricos e os pobres ocorrem nas práticas sociais e espaciais estabelecidas a partir da criação de barreiras materiais ou simbólicas, seja na formação dos bairros que circundam os loteamentos residenciais fechados ou dentro desses próprios empreendimentos, onde os menos favorecidos trabalham para a manutenção dos privilégios das classes mais abastadas, prevalecendo uma ordem separatória entre àqueles que “pertencem” e os que “não pertencem” ao lado de dentro dos muros.

Por final, é preciso enfatizar a urgente necessidade de mudanças socioespaciais em Angra dos Reis, objetivando um planejamento urbano que mescle crescimento econômico com equidade social. É importante que haja uma união dos movimentos sociais (como instituições de ensino, comunidades tradicionais da região, associações de moradores etc.) na busca pelo direito à cidade para toda a população, gerando um posicionamento crítico e efetivo perante as decisões tomadas por atores externos à cidade e pela elite local.■

Recebido em: 24-02-2024

Aceito em: 07-05-2025

REFERÊNCIAS

- ABREU, Cássio Veloso de. *Urbanização, apropriação do espaço, conflitos e turismo: um estudo de caso de Angra dos Reis*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- AMARO JR., Jurandir; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; SILVA, Lucas Gentil Dias da. Luta por Terra e Reforma Agrária no Rio de Janeiro (1950-2018). *GEographia*, v. 24, n. 52, p. 1-21, 2022.
- AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 1-34, 2000.
- BLAKELY, Edward James; SNYDER, Mary Gail. *Fortress America: gated communities in the United States*. Lincoln Institute of Land Policy, Cambridge, Massachusetts: Brookings Institution Press, Washington, D.C., 1999.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. Tradução de Heloísa Buarque de Almeida. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 47, p. 155-176, 1997.
- _____. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CHETRY, Michael. Crescimento demográfico e espacial de uma cidade média: Angra dos Reis. *Revista Cadernos do desenvolvimento Fluminense*, n. 14-15, p. 23-34, 2018.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. Segregação Residencial: Classes Sociais e Espaço Urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). *A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial*. São Paulo: Contexto, p. 39-60, 2013.
- DIÁRIO DO GRANDE ABC. Região Sul do Rio tem 6 pistas de pouso clandestinas. 30 nov. 1999. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/272767/regiao-sul-do-rio-tem-6-pistas-de-pouso-clandestinas>
- _____. *Angra dos Reis está na mira da CPI do Narcotráfico*. 28 fev. 2000. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/380093/angra-dos-reis-esta-na-mira-da-cpi-do-narcotrafico>.
- EMBRATUR. *Turis: Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos*. Brasília: EMBRATUR, 1975.
- FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023.
- FEITOSA, Annagesse; SILVA, Iby Montenegro de. Conflitos por Terra e Repressão no Campo na Região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). *Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1964-1988)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.
- G1. Acusada de fraude atua em trabalho emergencial no Rio. 7 jan. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1437831-5598,00-ACUSADA+DE+FRAUDE+ATUA+EM+TRABALHO+EMERGENCIAL+NO+RIO.html>
- GUANZIROLI, Carlos Henrique. Contribuição à reflexão sobre o processo de produção de um espaço regional: o caso de Angra dos Reis. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE. *Aglomerados Subnormais 2019: Classificação Preliminar e Informações de Saúde Para o Enfrentamento à COVID-19*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. *Censos Demográficos (1970-2022)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

JORNAL EXTRA. Operação prende 19 pessoas acusadas de lavagem de dinheiro em Angra dos Reis. 24 out. 2007. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/operacao-prende-19-pessoas-acusadas-de-lavagem-de-dinheiro-em-angra-dos-reis-719722.html>

JORNAL OPINIÃO. As tramas de Sérgio Dourado, um jogador em apuros. 14 mai. 1976. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=123307&pagfis=4243>

MCKENZIE, Evan. *Privatopia: Homeowner Associations and the Rise of Residential Private Government*. New Haven, CT and London: Yale University Press, 1994.

MELARA, Eliane. *Espaços fechados e insegurança urbana: Loteamentos e condomínios em Resende e Volta Redonda (RJ)*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MENDONÇA, Luciana Vasconcellos Pessoa de. *Frade: história de um paraíso em Angra dos Reis*. Santo André/SP: Ipsis Gráfica, 2017.

MONTEIRO, Fabiano Dias. *Diagnóstico de Segurança Pública e Social do Município de Angra dos Reis*. Angra dos Reis/RJ: Universidade Federal Fluminense, 2018.

PEREIRA, Luan de Sousa; ANDRADE, Lucas Ferreira; MELARA, Eliane. *Análise da dinâmica da violência criminal no espaço urbano de Angra dos Reis – RJ*. Anais do XVII Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB, 2022.

PESSOA, Thiago Campos. *O Complexo Souza Breves e o tráfico ilegal de africanos no litoral sul do Rio de Janeiro*. Anais do XXVI do Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011.

RIBEIRO, Irene Chada. *Contradições Entre o Público, o Privado e o Comum: Lutas Pelo Direito à Praia Contra Processos de Privatização em Angra dos Reis/RJ*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

RIBEIRO, José Rafael. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Democracia: SAPE, A Difícil Trajetória do Movimento Ambientalista em Angra dos Reis*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SINGER, Paul. *O uso do solo urbano na economia capitalista*. In: MARICATO, Erminia (Org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, p.21-36, 1978.

SIQUEIRA, Priscila. *Os caiçaras e a Rio/Santos*. São Paulo em Perspectiva, vol. 3, n. 4, p. 62-64, out/dez, 1989.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: O Medo Generalizado e A Militarização da Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Fragmentação Socioespacial*. Mercator, v. 19, p. 1-13, 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Cidades Médias: Reestruturação das Cidades e Reestruturação Urbana*. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades Médias: Espaços em Transição*. São Paulo: Expressão Popular, p. 233-253, 2007.

_____. *Segregação Socioespacial e Centralidade Urbana*. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). *A Cidade Contemporânea: Segregação Socioespacial*. São Paulo: Contexto, p. 61-93, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. Espaços Fechados e Cidades: Insegurança Urbana e Fragmentação Socioespacial. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

VASCONCELLOS, Márcia Cristina. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). A Cidade Contemporânea: Segregação Socioespacial. São Paulo: Contexto, p. 17-38, 2013.

VIVAS, Livia Maria Bastos. Turismo e desenvolvimento social no Caribe: o lugar do outro. Revista Iberoamericana de Turismo, v. 2, n. 2, p. 74-88, 2012.

WHITACKER, Arthur Macon. Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização. In: Sposito, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, p. 139-156, 2007.